

08/02/2012

**MUNICÍPIO DE ALJUSTREL**
CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as normas de utilização e cedência de viaturas municipais.

NORMAS DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DE VIATURAS MUNICIPAIS**NOTA JUSTIFICATIVA**

Entre os objectivos a prosseguir pelo Município de Aljustrel demarca-se a concessão de apoio, pelos meios adequados, a entidades, organismos e instituições que desenvolvem actividades de interesse municipal, nas vertentes social, cultural, desportiva e recreativa.

De entre os apoios concedidos àquelas merece particular tratamento a cedência de veículos para transporte de passageiros, propriedade do Município.

Por conseguinte, para que tais apoios sejam concedidos de forma inquestionavelmente transparente e objectiva, para que haja uma uniformização dos critérios que presidem à atribuição dos mesmos e, ainda, para que se verifique um escrupuloso e equitativo tratamento de todas as requisições de transporte apresentadas, afigura-se premente a fixação de um conjunto de normas que regulem o respectivo procedimento.

Pretende-se assim, com o presente lograr uma efectiva conciliação entre a necessária gestão equilibrada e racional dos recursos do Município e a satisfação das várias entidades que àquele recorrem para colmatar a sua indesejável escassez de meios.

A experiência tem demonstrado que existe a necessidade de efectuar alguns ajustamentos ao regulamento de cedência e utilização de viaturas municipais em vigor, de forma a mantê-lo actualizado e adequado.

Assim no uso das competências previstas no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, tendo por base o disposto na alínea c) do art.º10º da Lei das Finanças Locais, e na alínea j) do n.º 1, nas alíneas a) e b) do n.º4 e alínea a) do n.º7 todos do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são elaboradas as presentes Normas de Utilização e Cedência de Viaturas Municipais.

Artigo 1º
Lei habilitante

As presentes normas são elaboradas ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, tendo por base o disposto na alínea c) do art.º10º da Lei das Finanças Locais, e na alínea j) do n.º 1, nas alíneas a) e b) do n.º4 e alínea a) do n.º7 todos do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 2º
Objeto

O presente documento estabelece as normas que pautam a cedência e utilização das viaturas para transporte de passageiros, bem como as regras a acatar pelos beneficiários da cedência na respetiva utilização.

Artigo 3º

Âmbito de aplicação

O regime estabelecido nas presentes normas aplica-se a todos os veículos de transporte de passageiros, quer sejam propriedade do Município, quer se encontrem sob a sua gestão.

Artigo 4º

Entidades beneficiárias

A cedência das viaturas municipais pode ser requerida pelas entidades abaixo indicadas, sucessivamente ordenadas de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- a) Juntas de Freguesia;
- b) Estabelecimentos de ensino sedeados no concelho de Aljustrel no âmbito do desenvolvimento dos projetos educativos;
- c) Associações desportivas, culturais e recreativas sedeadas no concelho de Aljustrel;
- d) Associações humanitárias e sociais sedeadas no concelho de Aljustrel;
- e) Outras entidades/associações sem fins lucrativos sedeadas no concelho de Aljustrel;
- f) Outras entidades/associações sem fins lucrativos sedeadas fora do concelho de Aljustrel.

Artigo 5º

Procedimento

- 1 – Os interessados na cedência de viaturas municipais deverão formalizar o pedido mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente da Câmara, de acordo com o modelo anexo ao presente documento.
- 2 – O pedido deve ser formalizado com uma antecedência mínima de 15 dias em relação à data pretendida, salvo casos excecionais, devidamente justificados e aceites como tal.
- 3 – Em caso de desistência do pedido, deverá a entidade comunicar à Câmara Municipal, de imediato ou logo que possível, sob pena de não se considerarem pedidos posteriores subscritos pela mesma.

Artigo 6º

Competência

- 1 – A decisão cabe ao Presidente da Câmara, e deve ser comunicada até cinco dias antes da data prevista para a utilização da viatura, salvos nos casos excecionais.
- 2 – O Presidente da Câmara pode solicitar, em relação a cada pedido apresentado, quaisquer elementos esclarecedores julgados necessários.

Artigo 7º

Critérios e requisitos de cedência

- 1 – A cedência das viaturas só poderá ser deferida:
 - a) A entidade legalmente existente;
 - b) Quando a sua utilização se destine a apoiar a concretização dos fins e objetos estatutários;

- c) Quando o número mínimo de passageiros a transportar se situar acima dos 60% da lotação das respectivas viaturas, salvo casos excepcionais;
 - d) Quando não exista qualquer tipo de financiamento para esse transporte.
- 2** – Na apreciação dos requerimentos de cedência de viaturas e no caso de acumulação de pedidos para a mesma data, deverá ter-se em consideração:
- a) A data de entrada nos serviços do pedido de cedência;
 - b) A ordem de prioridades constante do artigo 4º das presentes normas.
- 3** – As cedências de viaturas para fora do país serão analisadas caso a caso, podendo sofrer alterações no cálculo dos encargos a suportar pelo requeritante.
- 4** – Pode constituir fundamento de indeferimento do pedido de cedência a ocorrência de anteriores situações de má utilização ou uso abusivo das viaturas por parte da requerente.
- 5** – A cedência das viaturas municipais não pode em caso algum afetar o normal funcionamento dos Serviços Municipais.

Artigo 8º **Regras de utilização**

- 1** – As viaturas só poderão ser conduzidas pelos motoristas da Câmara Municipal devidamente habilitados para o efeito.
- 2** – O itinerário previamente estabelecido não poderá ser alterado no decorrer do serviço, salvo por motivos de força maior.
- 3** – Antes do início da viagem o motorista e o responsável pela entidade a quem foi cedida a viatura devem verificar o estado da mesma, voltando a fazê-lo no fim da viagem, para verificação de danos, assinando ambos o documento comprovativo do ato.
- 4** – Caso se verifique a necessidade de observação hospitalar de qualquer passageiro superior a 2 horas, caberá à entidade requeritante providenciar o acompanhamento do mesmo, a fim de não prejudicar os restantes passageiros e a realização da viagem.
- 5** – Em caso de acidente ou avaria que provoque a imobilização do veículo, as despesas com o regresso dos passageiros e com o eventual alojamento, quando não suportados pela entidade seguradora, são da responsabilidade da entidade requeritante da viatura.
- 6** – A hora de regresso ficará previamente acordada aquando da aprovação do transporte, não podendo ser alterada, salvo por motivos de força maior, sob pena dos encargos com essa alteração recaírem sobre a entidade requeritante.

Artigo 9º **Deveres e responsabilidades**

- 1** – Constituem deveres da entidade utilizadora e passageiros das viaturas municipais:
- a) Indicar um responsável na deslocação a efetuar;
 - b) Respeitar todas as indicações do motorista em relação à utilização e conservação da viatura;
 - c) Zelar pela segurança e boa conservação da viatura, abstendo-se da prática de quaisquer atos que possam causar danos ou deteriorá-la;
 - d) Assegurar o cumprimento do horário previsto para a partida e chegada e do itinerário previamente estabelecido;
 - e) Não transportar qualquer tipo de mercadoria, equipamento ou material proibido por lei ou suscetível de causar danos em pessoas e bens;

- f) Manter as condições de higiene e limpeza durante a viagem;
- g) Não fumar, comer ou ingerir bebidas alcoólicas no interior da viatura;
- h) Inibir-se da prática de condutas e manifestações comportamentais suscetíveis de perturbarem o motorista e que constituam risco para a segurança e integridade dos passageiros e da viatura;
- i) Não utilizar a viatura cedida para utilização diversa da solicitada e para a qual a cedência foi atribuída;
- j) Providenciar no sentido de evitar que os passageiros pratiquem atos impróprios durante a viagem ou em locais de paragem;
- k) Assegurar a presença de vigilante(s) quando são transportados menores até aos 16 anos, nos termos da legislação em vigor;
- l) Proceder ao pagamento dos respetivos encargos, até 10 dias após a data da utilização da viatura.

2 – Constituem deveres do motorista:

- a) Cumprir o horário e itinerário previamente estabelecidos, salvo em casos de força maior, devidamente justificados;
- b) Não permitir que a viatura exceda a lotação legalmente prevista;
- c) Apresentar ao seu superior hierárquico, nos 3 dias seguintes à realização da deslocação um relatório, devendo mencionar qualquer anomalia ocorrida, bem como a indicação da leitura dos quilómetros, à partida e à chegada, assinado pelo próprio e pelo responsável pela entidade requisitante;
- d) Zelar pelo bom estado de conservação e limpeza da viatura;
- e) Cumprir o código da estrada, garantindo a segurança de pessoas e bens.

3 – Os responsáveis pelos pedidos de utilização das viaturas municipais respondem pelos danos e prejuízos que se verifiquem durante o período de cedência, por culpa imputável a qualquer membro do grupo.

Artigo 10º

Encargos

1 – Constituem encargos a suportar pela entidade utilizadora o pagamento do valor ao Km, designadamente:

- a) Entidades ou Associações sedeadas no concelho de Aljustrel:
 - 1,10€/Km (pesados de passageiros)
 - 0,60€/Km (ligeiros de passageiros)
- b) Entidades ou Associações sedeadas fora do concelho de Aljustrel:
 - 1,60€ (pesados de passageiros)
 - 0,80€ (ligeiros de passageiros)

2 – Aos valores referidos no número anterior acresce o pagamento total do serviço do motorista (o pagamento de ajudas de custo – ou o pagamento do trabalho extraordinário e trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e feriados do motorista).

3 – Os valores poderão ser objeto de atualização anualmente.

4 – As viaturas não deverão ser cedidas sem que tenham sido liquidadas as quantias devidas pela utilização anterior.

Artigo 11º

Isenções

1 – Não obstante o estipulado no artigo anterior, ficam isentos do pagamento dos encargos, as entidades identificadas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 4º do presente documento, até aos seguintes limites:

- a) Juntas de Freguesia, Associações humanitárias e sociais e instituições religiosas – 500 kms por ano;
- b) Estabelecimentos de Ensino e infantários – 1 viagem por turma por ano;
- c) Grupos corais – 1000 kms por ano;
- d) Ranchos folclóricos e sociedades musicais – 1000 kms por ano;
- e) Desporto escolar – 1000 kms por ano letivo;
- f) Competições não oficiais – 250 kms por ano;
- g) Participação em provas oficiais das associações federadas.

2 – As isenções previstas no presente artigo não são acumuláveis para os anos seguintes.

3 – Para além das isenções previstas no n.º1 do presente artigo e sempre que se considere fundamental a deslocação, pode ainda a Câmara isentar total ou parcialmente as entidades requisitantes.

4 – A Câmara Municipal pode a qualquer momento alterar o número de Kms atribuídos à mesma entidade/associação.

Artigo 12º

Cancelamento da cedência

1 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de cancelar a cedência da viatura em casos de força maior, nomeadamente, avarias ou falta de motorista não previsível, não assumindo qualquer responsabilidade de substituição, nem quaisquer encargos ou custos com que a entidade requisitante se tenha comprometido ou venha a suportar.

2 – O cancelamento da cedência pode ainda ser fundamentado na necessidade superveniente de utilização do veículo pelos Serviços Municipais.

3 – Nas situações previstas nos números anteriores, a Câmara Municipal dará conhecimento à entidade requisitante da anulação da cedência logo que se verifique a ocorrência do facto que a legitima, havendo lugar à restituição das taxas entretanto liquidadas pela mesma.

Artigo 13º

Incumprimento

Sem prejuízo da eventual responsabilidade civil e criminal, a inobservância do disposto nas presentes normas constitui fundamento de indeferimento de ulteriores pedidos de cedência de viaturas municipais.

Artigo 14º

Casos omissos

Quaisquer dúvidas ou omissões que surjam na interpretação destas normas serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente por aplicação das normas do Código do

Procedimento Administrativo, com as devidas e necessárias adaptações e, na falta delas, dos princípios gerais de Direito.

Artigo 15º
Norma revogatória

Com a entrada em vigor das presentes normas ficam revogadas todas as disposições constantes de regulamentos, posturas ou normas internas deste Município, que disponham sobre as mesmas matérias e que com ele estejam em contradição.

Artigo 16º
Entrada em vigor

As presentes normas entram em vigor após a sua aprovação e publicação.



FICHA DE REQUISIÇÃO DE
VIATURA

N.º REGISTO: _____

ENTIDADE: _____

ATIVIDADE: _____

RESPONSÁVEL PELA REQUISIÇÃO: _____

CONTACTO: _____

DADOS DO TRANSPORTE:

DESTINO: _____

DATA DE PARTIDA: ____/____/____ DATA DE CHEGADA: ____/____/____

LOCAL DE PARTIDA: _____ LOCAL DE CHEGADA: _____

HORA DA PARTIDA: _____ HORA DA CHEGADA: _____

N.º DE PESSOAS A TRANSPORTAR: _____

MOTIVO DA DESLOCAÇÃO:

ENTIDADE REQUISITANTE

DATA

____/____/____